

Semiótica e tipologia dos discursos

Seraphim Pietroforte

Ao analisar as relações entre linguagem e ideologia, José Luiz Fiorin recorre à dicotomia de Ferdinand de Saussure *língua vs. fala* para estabelecer, em relação a ela, a instância discursiva. Segundo Fiorin, as coerções discursivas se estabelecem entre a *língua*, identificada a um sistema de signos, e sua realização individual na *fala* humana; esquematicamente: *língua vs. discurso vs. fala*. Em outras palavras, os signos, da dimensão sistemática à comunicação humana, realizam-se, necessariamente, em processos discursivos; em síntese, afirma-se que a comunicação humana se efetiva na articulação entre sistemas de signos e processos discursivos (Fiorin, 1988: 10-11).

Desse ponto de vista, a *fala*, embora pareça realização individual, justamente porque se ancora na pessoa humana, surge, em verdade, enquanto resultado de processos discursivos de ordem social; conseqüentemente, na *fala* humana, antes da expressão de opiniões ou anseios individuais, expressam-se posições coletivas, determinadas historicamente por meio de discursos.

Esses discursos, por suas vezes, classificam-se em função de coerções ainda mais gerais, que permitem estabelecer tipologias discursivas. Nas sociedades industriais do ocidente, por exemplo, há discursos políticos, religiosos, científicos, publicitários, jornalísticos, artísticos etc., em constante dialética; isso ocorre ora internamente, dentro dos próprios domínios – *esquerda vs. direita*, no discurso político, ou *materialismo histórico vs. positivismo*, no discurso científico –, ora entre um tipo discursivo e os demais tipos dentro da mesma cultura – a articulação entre o discurso científico da óptica e o discurso artístico da pintura no barroco holandês ou a articulação entre os discursos político, religioso e jornalístico na organização social da burguesia –.

Isso posto, para contribuir com a análise do discurso busca-se, neste ensaio, pelas tipologias discursivas com, basicamente, dois procedimentos: (1) remeter, em linhas gerais, a algumas soluções semióticas; (2) esboçar uma proposta de tipologia dos discursos.

os dispositivos modais

Em termos estruturalistas, sabe-se que, em nível fonológico, um fonema se define em relação aos demais fonemas de determinado sistema linguístico; em língua portuguesa, por exemplo, o /p/ se define em relação ao /b/, restando saber, porém, como isso ocorre. Fonologicamente, cada língua dispõe de determinados traços distintivos, que permitem caracterizar sua base acústica e articulatória; ainda em português, além das zonas de articulação, há os modos de articulação *oclusivo vs. constrictivo*, *surdo vs. sonoro* e *oral vs. nasal*, mas não é pertinente, para tal língua, o traço *longo vs. breve*, característico do latim, ou *grave vs. agudo*, próprio de línguas tonais, feito o chinês. Assim, em português, o /p/ se define pelos traços {bilabial; oclusivo; surdo; oral}, enquanto o /b/, por {bilabial; oclusivo; sonoro; nasal}; em vista disso, o /p/ não é o /b/ porque o primeiro é *surdo* e o segundo, *sonoro*.

Essa metodologia de análise do plano de expressão aplica-se, perfeitamente, ao plano de conteúdo; para tanto, citam-se dois autores empenhados nisso: Bernard Pottier e Algirdas Julien Greimas. A célebre análise do lexema /cadeira/ cabe a Pottier, cujo significado se descreve {*com assento; com suporte; com encosto; sem braços*}, definindo-se em relação ao lexema /poltrona/, por sua vez descrito {*com assento; com suporte; com encosto; com braços*} (Dubois, 1993: 526-527); de perspectiva semelhante, Greimas, valendo-se de categorias mais abstratas, analisa o lexema /cabeça/ por meio dos traços /*extremidade; superatividade*/ (Greimas, 1976: 57-74). Assim, do mesmo modo que o fonema /p/ se opõe ao fonema /b/ pelo traço fonológico *surdo vs. sonoro*, o lexema /cadeira/ se opõe ao lexema /poltrona/ pelo traço semântico *sem braço vs. com braço* e o lexema /cabeça/ se opõe ao lexema /pé/ pelo traço semântico *superatividade vs. inferatividade*. Como aplicar, entretanto, tal metodologia à tipologia dos discursos? Com base na teoria semiótica das modalidades, Cidmar Teodoro Pais apresenta uma proposta bastante engenhosa (Pais, 1984: 43-51).

O discurso, para a linguística, estabelece-se num domínio além da frase; em sua semiótica, Greimas admite que todo discurso se realiza mediante procedimentos narrativos, passíveis de descrição em um modelo geral e abstrato. Esse modelo, quer dizer, o esquema narrativo, pensa-se – vale lembrar – em função das relações entre sujeito e objeto narrativos; especificamente, ele se concebe em função das junções de sujeitos com objetos de valor – o /*ser*/ semiótico – e na realização de performances – o /*fazer*/ narrativo –, mediante as quais se modificam os estados juntivos. Dessa perspectiva, para

o sujeito narrativo agir, ele se encaminha por obrigações ou desejos, quer dizer, por */dever/* ou */querer/* – em termos semióticos, */dever-fazer/* ou */querer-fazer/* –; uma vez em ação, tal sujeito requer o conhecimento (o */saber/*) e a capacidade (o */poder/*) para seguir adiante – em termos semióticos, */saber-fazer/* e */poder-fazer/* –. Em suma, sem entrar nos detalhes das hipóteses, das deduções ou da lógica orientadoras da semiótica e sua teoria da narrativa, estes são os quatro objetos modais básicos: *dever*, *querer*, *saber* e *poder*.

Dessa forma, embora na semântica do discurso se disseminem figuras em função da diversidade de temas sociais, a maioria delas, em nível narrativo, reduz-se a um desses quatro objetos modais. Nos contos de fada, salvar donzelas se motiva pela honra, um */dever/*, ou pelo amor, um */querer/*; nesses resgates, a arte da esgrima revela-se um */saber/* e possuir espadas, sabres ou floretes, um */poder/*. Assim, se os estados juntivos do sujeito constituem formas de */ser/* e suas ações, */fazer/*, elabora-se, segundo Pais, uma tipologia dos discursos mediante os seis valores modais */ser/*, */fazer/*, */dever/*, */querer/*, */saber/* e */poder/*.

Começando a exposição do modelo, para Pais, o discurso científico se define em relação ao discurso tecnológico com a inversão da disposição das modalidades que lhes dão forma. Por conseguinte, enquanto as ciências se caracterizam pela produção de conhecimentos, as tecnologias, valendo-se das ciências, ocupam-se da solução de problemas; dessa maneira: (1) físicos pensam a respeito de mecânica, de eletricidade e de termodinâmica, enquanto os engenheiros constroem trens; (2) biólogos estudam citologia e os médicos, por suas vezes, procuram a cura do câncer. Em termos semióticos, os cientistas se pautam por */poder-fazer-saber/*, quer dizer, geram conhecimento, e os tecnólogos se orientam por */poder-saber-fazer/*, quer dizer, valem-se do conhecimento para encontrar soluções específicas.

A partir dessas reflexões, cada tipo de discurso se define em relação aos demais discursos por meio de dispositivos modais; ainda segundo Pais, eis alguns exemplos desse procedimento:

discurso jurídico: */poder-fazer-dever/*

discurso político: */poder-fazer-querer/*

discurso publicitário: */poder-fazer-saber → poder-fazer-querer/*

Em vista disso, ao definir direitos e prescrever obrigações, longe de cuidar dos desejos e anseios dos sujeitos narrativos, realizando */quereres/*, o discurso jurídico lida com o */dever-fazer/*, por isso, ele se justifica em */poder-fazer-dever/*; o discurso político, por sua vez, busca encaminhar aqueles desejos e anseios em função de ideologias, por isso mesmo */poder-fazer-querer/*. Já a publicidade, por sua vez, dá forma a */saberes/* que se apresentam ao sujeito narrativo, mas não apenas isso; tal */saber/*, diferentemente do */saber/* científico, pretende-se sedutor para o sujeito, por decorrência, encaminha-se não apenas o */saber/* da existência do objeto, mas busca-se, ainda, estimular desejos por ele.

Com os desdobramentos da teoria das modalidades, surge a modalidade do */crer/*, dividindo com o */saber/* o paradigma das modalidades cognitivas; em linhas gerais, enquanto o */saber/* designa conhecimentos empíricos, o */crer/* refere-se aos conhecimentos oriundos da fé, não se exigindo provas para serem validados, permitindo a Pais determinar, para o discurso religioso, o dispositivo modal */poder-fazer-crer/*.

Nessa proposta, com as metodologias da linguística – especificamente, as metodologias da fonologia e da semântica estruturais –, os discursos se descrevem semelhantemente, bastando, para tanto, a combinatória de inventários fechados de traços distintivos: (1) para a fonologia, os traços distintivos fonológicos – os femas, na terminologia de Pottier –; (2) para a semântica, os traços distintivos semânticos – os semas, ainda na terminologia de Pottier –; (3) para a tipologia dos discursos, as modalidades semióticas. Sendo assim, se cabe justificar as diferenças entre os fonemas */p/* e */b/* por meio dos femas */surdo/* e */sonoro/* ou as diferenças entre os conceitos de */cadeira/* e */poltrona/* por meio dos semas */sem braços/* e */com braços/*, viabiliza-se, na proposta de Pais, diferenciar o discurso político do discurso jurídico por meio das modalidades */querer/* e */dever/*.

A proposta se revela produtiva, disso não restam dúvidas; em suas qualidades, permite-se, além da definição de tipos específicos de discurso, as definições de suas articulações. Dessa maneira, a propaganda política, ao articular discurso publicitário e discurso político, descreve-se por meio do seguinte dispositivo modal:

discurso da propaganda política:

→ */poder-fazer-saber* → *poder-fazer-querer/* (discurso publicitário)

→ */poder-fazer-querer/* (discurso político)

Nesse dispositivo modal, primeiramente o discurso publicitário encaminha o */saber/* e o */querer/*, conforme todo discurso publicitário; no entanto, quando se trata de propaganda política, o */saber/* e o */querer/*, encaminhados pelo discurso publicitário, tornam-se o próprio discurso político com seu respectivo */querer/*, ideologicamente demarcado.

Há, ainda na proposta, abertura para novas discussões sobre a tipologia dos discursos que não se resumem apenas aos dispositivos modais. Para Pais, os discursos filosófico, científico e jornalístico se descrevem pelo mesmo dispositivo modal */poder-fazer-saber/*; as diferenças, porém, residem em como esse */saber/* se realiza: (1) no discurso filosófico, por meio da argumentação e da dialética com outros filósofos; (2) no discurso científico, nas relações com os dados levantados por pesquisas e experiências; (3) no discurso jornalístico, com os modos de narrar os acontecimentos da esfera pública. Nessa situação, tais diferenças já não são apenas modais, porquanto dependem de narrativas mais amplas para se constituírem.

os encaminhamentos temáticos

Uma vez articulado, o esquema narrativo – descrito em linhas bastante gerais no item anterior – passa, de modelo geral e abstrato, a se realizar específica e concretamente em pessoas, tempos e espaços, por suas vezes, revestidos por significados mais concretos. Nessa realização discursiva, tais significados se manifestam em função de temas definidos socialmente: (1) em mitos, alguns animais mágicos se referem ao tema do pós-morte; (2) em discursos científicos, na física, as partículas elementares ganham sentido no tema da estrutura da matéria; (3) ainda em ciência, na biologia evolucionista, os animais assumem significados específicos no tema da evolução das espécies. Dessa maneira, em todo discurso há personagens vivendo suas tramas, sejam essas personagens íbis e chacais, elétrons e quarks ou homens e demais animais; em termos semióticos – vale lembrar –, tais significados concretos e específicos se chamam figuras.

Partindo desses conceitos, para prosseguir, buscam-se por regularidades em como determinados temas e figuras se relacionam, dando forma a tipos específicos de discurso. Essa segunda proposta não se concentra, portanto, em arranjos modais do esquema narrativo; nela se enfoca, isto sim, as relações entre narrativa, temas e figuras. Isso posto, dos estudos semióticos desenvolvidos nessa direção, compensa mencionar dois: (1) o discurso científico, analisado por Greimas no estudo “Do discurso científico

em ciências sociais” (Greimas, 1981:1-32); (2) o discurso jurídico, analisado por Greimas e Eric Landowski no estudo “A construção de objetos semióticos – análise semiótica de um discurso jurídico: a lei comercial sobre as sociedades e os grupos de sociedades” (Greimas, 1981: 67-113).

Na análise do discurso científico, Greimas se vale da abordagem semiótica narrativa, igualmente Pais, contudo, ele não a efetiva por meio das modalidades, mas mediante as articulações do esquema narrativo. Recapitulando, o esquema narrativo se pensa em função da aquisição de competência do sujeito narrativo para a realização da performance; uma vez realizada a performance, avalia-se o sujeito no percurso do julgamento. Em suma, trata-se do seguinte encadeamento lógico: aquisição de competência → realização da performance → julgamento; sem dúvida, explicitam-se, no modelo, as influências de Vladimir Propp com as provas qualificante, principal e glorificante, demarcadas por ele nas análises dos percursos do herói, nos contos maravilhosos (Propp, 1984).

No estudo de Greimas, o discurso científico se descreve em três níveis de realização narrativo-discursiva: (1) o nível fundador, (2) o nível operacional, (3) o nível veridictório. Em síntese: (1) no nível fundador, delimita-se o campo científico, desde a escolha do ponto de vista à bibliografia; (2) no nível operacional, demonstra-se a tese encaminhada; (3) no nível veridictório, determina-se o valor de verdade do modelo proposto.

Reconhecem-se, então, respectivamente, as provas qualificante, principal e glorificante, definidas por Propp, e as etapas da competência, performance e julgamento, do esquema narrativo, desenvolvido pelo próprio Greimas; em outras palavras, o enunciadador cientista se torna o “herói”, ou seja, o sujeito narrativo das tramas nos domínios do conhecimento. Por fim, embora o encadeamento das provas, em nível narrativo, se faça por pressuposição, com o julgamento pressupondo a performance e a performance pressupondo a aquisição de competência, em nível do discurso, o nível respectivo de cada prova se encontra em paralelo em relação às demais, atualizando-se em outras ordens além do encadeamento lógico.

A análise do discurso jurídico, por sua vez, também vai ao encontro do estudo em níveis de realização discursiva. Dessa maneira, para Greimas e Landowski, o discurso jurídico se descreve na articulação entre (1) o nível referencial, em que se apresentam as relações sociais, e o (2) nível legislativo, em que se formulam as leis. Na proposta, não se trata de legislar em função das relações sociais, quer dizer, os referentes do direito,

mas de analisar como, com o discurso jurídico, as demandas sociais e as leis se definem reciprocamente. Dessa perspectiva, não há direito natural, mas direito construído em função dos interesses daqueles que se dizem legisladores, quer dizer, quem domina o discurso jurídico; as referências às relações sociais, conseqüentemente, não se revelam a fonte do direito, mas se mostram, isto sim, o resultado da projeção das leis no seio das sociedades. Para concluir, tal projeção, na concepção dos autores, torna-se, justamente, o discurso jurídico.

Nas propostas, o modelo não se resume, em nível narrativo, aos desdobramentos entre sujeito e objeto narrativos, porquanto não se cuida somente do sujeito geral e abstrato das relações narrativas, mas do sujeito figurativizado nos papéis de cientista ou legislador em função de objetos manifestados em figuras distintas: (1) para o cientista, a pesquisa – o */saber/*, segundo Pais –; (2) para o legislador, a lei – o */dever/*, ainda de acordo com Pais –. Por decorrência, se tais figuras significam em função de temas específicos, no caso, a ciência e o legislação, cabe indagar, prosseguindo na tipologia, quais seriam os papéis específicos dos cientistas: (1) se o cientista é físico, biólogo ou linguista e, se é linguista, compartilha das ideias de Saussure, de Chomsky ou de Bakhtin; (2) se o jurista é nazista, justificando leis racistas e genocidas, ou socialdemocrata, apostando em reformas em vez de revoluções.

os regimes semióticos de construção da realidade

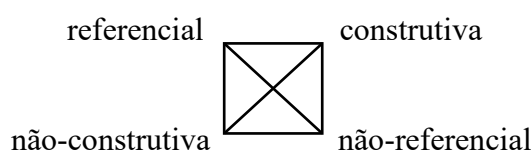
Na teoria semiótica narrativa e discursiva, a significação se forma por meio de sistemas de signos e processos discursivos; nessa teoria, tanto a conotação quanto a denotação se tornam afeitos de sentido. Dessa perspectiva não há, por isso mesmo, discursos adequados às coisas e fatos do mundo, justificados por sistemas denotativos, em que as palavras se relacionam diretamente a tais coisas e fatos, sofrendo, eventualmente, desvios conotativos; diferentemente, segundo a semiótica, há regimes discursivos em que se simulam mundos denotados, nos quais, por meio de arranjos discursivos, geram-se aparências de adequação entre palavras e coisas. No que diz respeito aos tópicos da referência ou da construção semiótica de mundos possíveis, quer dizer, da elaboração de visões de mundo, uma das melhores reflexões, certamente, é aquela de J. M. Floch, disseminada em, pelo menos, dois textos: “*Tués dans l’oeuf! – Les enjeux sémiotique des différentes philosophies des PUB*” (Floch, 1995: 183-226) e *Formes de l’empreinte* (Floch, 1986).

Segundo Floch – recapitulando –, há discursos referenciais, nos quais a linguagem se utiliza, predominantemente, com função de indicar as coisas do mundo e, contrariamente, há discursos nos quais se evidencia a construção de mundos possíveis mediante a linguagem. Obviamente, tratando-se de semiótica greimasiana, portanto, derivada do pensamento de Saussure, o sentido se forma em sistemas de signos e em processos de significação, fazendo com que, ora em função referencial ora na construção de mundos possíveis, tudo derive de processos semióticos.

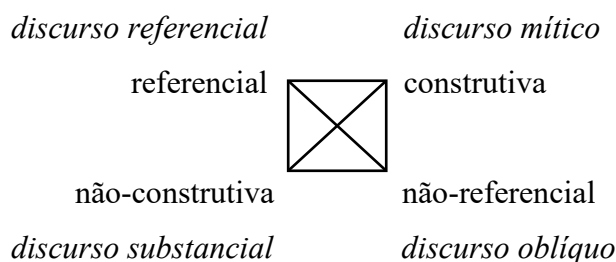
Uma forma de simular referências por meio da linguagem cabe à utilização de palavras monossêmicas, limitadas a apenas uma acepção; com apenas um significado, simulam-se relações entre palavras e coisas fazendo crer que, por haver apenas um sentido, ele se associe direta e adequadamente às coisas do mundo. Contrariamente, em discursos poéticos e metalinguísticos, revela-se o papel construtivo da linguagem; para tanto, basta observar, nos discursos poéticos, como as figuras de linguagem desestabilizam, constantemente, as relações entre palavras e coisas e como, na metalinguagem, a linguagem explicita o quanto ela se refere, antes de tudo, aos sistemas de signos e processos de significação em que ela se forma. Para Floch, portanto, a linguagem se realiza entre essas duas funções contrárias: *referencial vs. construtiva*.

referencial $\longleftrightarrow$ construtiva

Trata-se da formação de um eixo semântico, admitindo-se, segundo a semiótica de Greimas – ainda recapitulando –, a dedução de outros dois regimes de construção da realidade: (1) aquele da negação da função referencial, gerando os discursos em que se contesta a referência com a disseminação, no discurso referencial, de elementos poéticos ou metalinguísticos; (2) o regime da negação da função construtiva, gerando os discursos em que se contestam as construções semióticas e discursivas mediante a suposta realidade dos coenunciadores. Isso precisa ser explicado melhor, entretanto, já se encaminha o quadrado semiótico com a sistematização dos regimes discursivos:



Em suas propostas – ainda recapitulando –, Floch nomeia cada regime discursivo:



O termo regime diz respeito à regência de determinados dispositivos semióticos, visando a construção de um mundo possível; de modo geral: (1) no discurso referencial, utiliza-se a língua para simular referências ao mundo consensual de uma sociedade específica; (2) no discurso oblíquo, discute-se, por meio da metalinguagem, o consenso a propósito das relações entre palavras e coisas, simuladas no discurso referencial; (3) no discurso construtivo, explicita-se o papel da língua na formação de visões de mundo; (4) no discurso substancial, questionam-se as construções semióticas da linguagem pela explicitação das materialidades espaço-temporais da enunciação e, conseqüentemente, dos coenunciadores.

Prosseguindo no esclarecimento desses regimes discursivos, compensa, valendo-se deles, encaminhar uma tipologia dos discursos e, na medida em que a aplicação se desenvolve, procurar pelos mecanismos semióticos próprios de cada um:

(1) regime referencial

Por não se tratar da utilização da língua e dos discursos para referenciar o mundo diretamente, mas do acionamento de mecanismos semióticos na geração de tais efeitos de sentido, compensa recapitular que, na semântica discursiva, segundo a semiótica de Greimas, a significação se forma na relação entre temas gerais, definidos sociossemiologicamente, e seus revestimentos por significados específicos, correlacionados à expressão do mundo natural, quer dizer e em termos semióticos, as chamadas figuras. Nas fábulas, por exemplo, o tema do trabalho se reveste por figuras de cigarras, formigas, leões, burros, ratos ou outros animais, vivendo nos respectivos povoados e florestas.

Para prosseguir, retomam-se os mecanismos semióticos responsáveis pelos efeitos de referência às coisas do mundo; um deles, justamente, consiste em realizar

discursos formados nas correlações entre apenas um percurso temático e um percurso figurativo, contrariando, assim, os discursos poéticos, quando existem dois ou mais percursos temáticos e figurativos correlacionados na formação das muitas figuras de linguagem. Dessa maneira – compensa reiterar –, em discursos monotemáticos, por haver apenas uma correlação possível entre os percursos temáticos e figurativos, geram-se efeitos de sentido em que, devido as palavras assumirem apenas um sentido, simulam-se relações diretas entre palavras e coisas sem as mediações da linguagem. Em tratados de aviação, por exemplo, a palavra “capitão” adquire sentido bastante específico, resultado da correlação entre tal figura e o tema do tratado; em poesias, contrariamente, essa figura oscilaria entre ser denotativa, metonímica ou metafórica, em função do significado se articular a percursos temáticos variados.

Ora, se no regime referencial se utiliza a língua para construir referências às coisas do mundo, ele deve predominar, necessariamente, em discursos com a mesma vocação semiótica. Dessa forma, além dos tratados ou dos manuais monotemáticos, os discursos científicos e jornalísticos também são discursos formados em regime referencial. Nos discursos da física de partículas, elétrons, quarks e todas as demais partículas subatômicas se tornam as personagens da estrutura da matéria, agindo e habitando o microcosmo; nesses discursos não há metáforas, pois, cada partícula se define com precisão, por isso, a necessidade da monosemia. Essa semiose, no entanto, não permite, no discurso científico, a identificação entre as afirmações feitas e a realidade das coisas, porquanto a ciência não se confunde com a busca da verdade, mas cuida, isto sim, da dialética entre pontos de vista e objetos de estudo, encaminhando-se, dessa maneira, as contínuas revoluções do pensamento científico.

A mecânica quântica, ou seja, a mecânica das partículas subatômicas, difere-se da mecânica clássica, derivando de suas contradições, entre elas, da contradição entre as probabilidades e a determinação precisa dos acontecimentos, colocando-se em pauta, por decorrência, a incapacidade humana de coordenar e prever todos os fatores envolvidos na experiência, assim como a inevitabilidade da interferência dos sujeitos nos objetos, modificando-os desde as primeiras observações. Além disso, no macrocosmo, utiliza-se outra mecânica, contrária às mecânicas quântica e clássica, mas, ainda, derivando da clássica e se desenvolvendo a partir de outras contradições, uma delas, as correlações das dimensões espaço-temporais mediadas pela velocidade. Dessa perspectiva, longe da verdade das coisas, em ciência se insiste no pragmatismo diante do mundo, enfocando,

em última instância, transformações nesse mesmo mundo, existindo, para cada transformação, uma ciência e os decorrentes avanços tecnológicos.

Em vista disso, toda ciência parte, em princípio, de hipóteses de trabalho e não de constatações sobre a verdade das coisas; partiu-se da gravidade para o desenvolvimento da mecânica clássica, conquanto tal preceito não seja verdadeiro nem falso, mas coerente com os desenvolvimentos da física. Desse modo, na pragmática do discurso científico, quer dizer, na sua participação em meio aos demais discursos sociais, o paradigma *verdade vs. falsidade* perde pertinência, sendo substituído pelos graus de eficiência das teorias científicas determinantes na formação de outro discurso, isto é, o discurso tecnológico, em relação ao qual o discurso científico diretamente se define, confundindo-se, na prática, com ele. Em outras palavras, enquanto a hipótese da lei da gravidade permite construir trens e aviões, ela encontra validade; contudo, se não permitir sincronizar o tempo dos satélites no espaço com o tempo dos relógios no planeta Terra, ela deve ser substituída pelas leis da mecânica relativa, modificando-se consideravelmente.

A retórica do discurso científico, quanto à verdade, não deriva apenas do vocabulário predominantemente monossêmico; há de se considerar, além da semiótica descrita acima, que o discurso científico, tal como ele se apresenta nas sociedades modernas, é um fenômeno histórico, fazendo com que, apesar de suas leis se aplicarem a outras épocas, elas permaneçam devedoras das circunstâncias de quando surgiram. As leis da termodinâmica se referem a quaisquer transformações de matéria em energia, consequentemente, em todas as fogueiras, do Período Neolítico aos dias atuais, nem toda energia acumulada na madeira se transformou em luz ou calor; contudo, tais leis se formularam somente durante a revolução industrial, quando ciência e tecnologia se manifestam em discursos e práticas sociais, por suas vezes, orientados pela economia capitalista e a luta de classes.

Mais adiante, retomam-se essas questões quando se analisa o discurso político em suas relações com os demais discursos sociais, entretanto, admite-se encaminhar outra conclusão a propósito dos procedimentos semióticos do discurso científico em sua dialética com a verdade e a referência às coisas do mundo: por serem historicamente determinadas, mas aplicáveis a épocas anteriores, as leis científicas ganham relativa autonomia em relação aos processos históricos; consequentemente, o discurso científico, descolado da história, ganha conotações de referenciar a verdade das coisas. Em outras palavras, o discurso científico adquire conotações de ser denotativo.

O discurso jornalístico, diferentemente, propõe-se a reportar a suposta verdade dos fatos; tudo indica que, no jornalismo, se o jornalista não notificou, nada aconteceu. O discurso jornalístico, porém, como os demais discursos sociais, não paira metafisicamente sobre o mundo dos homens; nessas condições, os discursos jornalísticos se manifestam em mídias politicamente organizadas, vinculadas a regimes de circulação econômica com os próprios valores e interesses. Dito de outro modo, verifica-se que o discurso jornalístico coincide com relatar os fatos sociais do ponto de vista de determinada classe social, relativizando-se a verdade daqueles fatos em função desse ponto de vista, insinuando-se, no discurso, não a verdade dos fatos, mas as verdades da classe social enunciadora.

Para tanto, em sua eficácia argumentativa, no discurso jornalístico, quando se expressam os valores da classe dominante, as supostas verdades coincidem com as verdades dos fatos; contrariamente, quando se manifestam as reivindicações e contestações da classe explorada, torna-se meta, ao lado do encaminhamento de políticas revolucionárias, denunciar, via jornalismo revolucionário, os truques do jornalismo dos exploradores e, com isso, revelar outras verdades. Dessa perspectiva, fora algumas figuras de linguagem pontuais, tal dialética se realiza com efeitos de sentido denotativos, em que relações supostamente diretas entre palavras e coisas ou discursos e fatos são simuladas mediante palavras monossêmicas; tal vocabulário se gera como nos discursos científicos, com a colocação, em discurso, de apenas um percurso temático.

Quando, durante as constantes crises do capitalismo, alunos, professores e funcionários de universidades públicas brasileiras se apresentam ostensivamente nos prédios das reitorias, há, pelo menos, dois termos para definir o procedimento: “invasão” e “ocupação”; ambos os termos se utilizam com denotação, entretanto, para os reacionários, há “invasão”, e para os revolucionários, há “ocupação”. Nessa semiótica, quem “invade” toma posse do que não lhe pertence e quem “ocupa”, contrariamente, expulsa falsos representantes; consequentemente, o “invasor” age contra a lei e o “ocupante” combate injustiças, logo, para o primeiro, repressão policial e, para o segundo, valem as palavras de ordem “avante companheiros”.

Antes de prosseguir e problematizar o próximo regime de construção da realidade, apresentam-se, previamente, algumas constatações sobre a tipologia dos discursos. Em vista disso, o regime referencial não se define por inventários fechados de tipos discursivos, conclusão que, por decorrência, levaria a conceber que discursos, tais quais o científico e jornalístico, definiriam discursos referenciais, ocorrendo, justamente,

o contrário; o regime referencial, portanto, revela-se um regime de construção da realidade, cujos efeitos de sentido surgem, recorrentemente, nos discursos pretensamente referenciais, como os discursos científico e jornalístico, por isso mesmo, eles não se referem ao mundo objetivo, mas o simulam objetividade mediante os dispositivos semióticos do regime referencial, entre eles, a monossemia.

A outra constatação deriva das inserções políticas dos discursos científico e jornalístico, a qual se mostra impossível estudar, apenas, por meio de dispositivos semióticos – entre eles, a monossemia –, necessitando ir além deles. Esse tópico, no entanto, é retomado e desenvolvido melhor adiante.

(2) regime oblíquo

O regime oblíquo se revela um regime semiótico predominantemente metalinguístico; isso se determina a seguir, pois não parece evidente. Para tanto – recapitulando –, enquanto termos de um modelo baseado num sistema fundamental de relações, os termos do quadrado semiótico se definem uns em relação aos outros; tais liames diferem entre si, assumindo características distintas.

Em vista disso, a obliquidade deriva da negação do regime referencial, ou seja, nela se nega o efeito de sentido de relação entre palavras e coisas ou entre discursos e fatos, revelando, conseqüentemente, os sistemas e os processos semióticos enquanto construção. Nesse processo, não se afirmam mundos possíveis, feito no regime construtivo; na realização do regime oblíquo, isto sim, a metalinguagem se explicita, conforme se discute prontamente. Ora, nas gramáticas e nas muitas teorias linguísticas, semióticas, literárias, enfim, em todo discurso em que se utiliza a linguagem para descrever seus próprios procedimentos, o regime oblíquo se manifesta; se isso procede, aquelas várias teorias se tornam tipos de discursos gerados nesse regime.

Os discursos das gramáticas, certamente, mostram-se os melhores exemplos de discurso oblíquo; os dicionários também, mas parecem menos notoriamente metalinguísticos, pois neles se sugere, correntemente, a impressão referencial da relação direta entre palavras e coisas. Antes de tudo, seriam as gramáticas meramente normativas? Mesmo com várias passagens normativas, os tópicos dedicados à sintaxe e à morfologia tendem a ser descritivos; em linhas gerais, na sintaxe transparece, por meio da classificação das orações e das respectivas conjunções, quanto a argumentação deriva antes dessas relações sintáticas que da lógica das ideias expressadas nelas. Em outras palavras, em uma oração adverbial comparativa, por exemplo, a ideia de comparação

deriva da ordem relacional estabelecida pela oração principal, a subordinada e a conjunção responsável pela articulação, e nessa sintaxe, justamente, gera-se a ideia de comparação. Nessas circunstâncias, a sintaxe se explicita como metalinguagem, pois, em sua realização, utiliza-se a língua na descrição dela mesma; dessa maneira, se a ideia é gerada pela sintaxe, decorre que não há referências ao mundo por meio da língua, mas que se concebem visões de mundo mediante a língua, suas estruturas, seus sistemas e seus processos, considerados, portanto, como suportes do pensamento.

Nos dicionários, embora menos evidentemente, dá-se o mesmo desvio da relação direta entre palavras e coisas ou entre discursos e fatos; talvez, devido à forma de enunciação, os dicionários não pareçam um tipo de discurso, mas eles são. Com as palavras ordenadas alfabeticamente, seguidas das respectivas classes de palavras, definições, pronúncias, ocorrências frequentes, sinônimos, antônimos e etimologias, apresentam-se listas que pouco remetem às linguagens nas quais se manifesta a maioria dos tipos discursivos. Entretanto, na organização do dicionário, predominantemente paradigmática, apresenta-se, exatamente, o modo de enunciação cujo principal efeito incide em apagar o sujeito enunciador, quem escolhe o vocabulário e desenvolve as definições. Logo, nessa estratégia semiótica, a subjetividade do organizador se encontra velada na manifestação objetiva da organização regida pela ordem alfabética; nessa suposta objetividade, exatamente, simulam-se relações entre palavras e coisas.

Em campos semânticos carregados de subjetividade, como aqueles em que se definem as paixões humanas, a comparação das mesmas entradas e as respectivas definições entre dois ou mais dicionários esclarece as subjetividades dos dicionaristas. No campo semântico das paixões eróticas, por exemplo, a palavra “homossexual” possui as seguintes acepções nos dicionários do MEC, editado pela Fundação Nacional de Material Escolar (Bueno, 1980: 575), no Folha/Aurélio (Holanda, 1995: 345) e no Houaiss (Houaiss, 2001: 1549):

MEC:

Diz-se de quem apresenta desvio de conduta sexual.

Folha/Aurélio:

Relativo à afinidade, atração e/ou comportamento sexuais entre indivíduos do mesmo sexo.

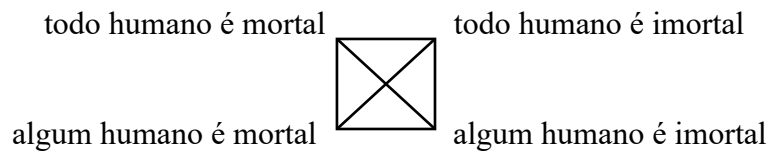
Houaiss:

Aquele que sente atração sexual e/ou mantém relação amorosa e/ou sexual com indivíduo do mesmo sexo.

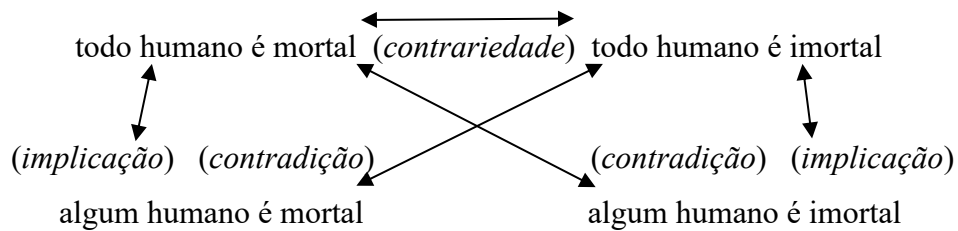
Sem se desviar do tema em análises lexicais e lexicográficas, notam-se diferenças entre os dicionários referentes a valorizações moralistas, como “desvio de conduta”, segundo o MEC; outras considerações se mostram neutras, tais quais aparecem no Folha/Aurélio; há, inclusive, considerações amorosas, conforme o Houaiss. Evidentemente, consultas às respectivas datas de publicação dos volumes explicam tais variações de julgamento a propósito do homoerotismo, porquanto permitem verificar as conotações sociais correlacionadas as transformações históricas, no caso, a emancipação das minorias sexuais na última década do século XX.

Por fim, ao lado das gramáticas e dos dicionários, mesmo brevemente, alude-se aos estudos literários enquanto discursos metalinguísticos; nesse tópico, compensa indagar se toda literatura implica metalinguagem. Embora essa questão se explore no próximo item, adianta-se que, segundo o modelo seguido nesta topologia dos discursos, a resposta é afirmativa; toda arte se revela, pelo menos implicitamente, metalinguagem. Dessa perspectiva, isso se explica, ao menos, a partir de duas posições: (1) segundo a coerência lógica do quadrado semiótico, conforme se coloca na introdução destas reflexões sobre o regime oblíquo; (2) a partir da concepção da arte enquanto linguagem.

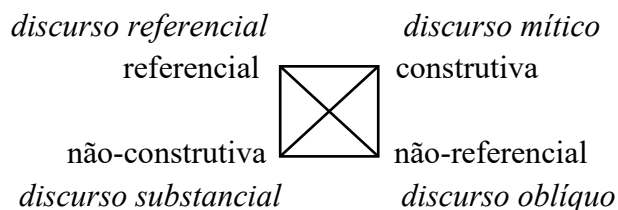
O modelo teórico do quadrado semiótico deriva diretamente na lógica formal, quando, na articulação entre os juízos positivos, negativos, gerais e particulares, estabelecem-se, entre as quatro declarações geradas – positivo geral, positivo particular, negativo geral, negativo particular – as relações de contrariedade, contradição e implicação. A declaração “todo humano é mortal”, geral e positiva, mostra-se contrária à declaração “todo humano é imortal”, geral e negativa; por conseguinte, a declaração “algum humano é imortal”, particular e negativa, contradiz “todo humano é mortal”, assim como “algum humano é mortal”, particular e positiva, contradiz “todo humano é imortal”. Por fim, declarar “todo humano é mortal” implica “algum humano é mortal”, do mesmo modo que declarar “todo humano é imortal” implica “algum humano é imortal”. O raciocínio parece intrincado... eis o seu esquema na forma de quadrado lógico:



No mesmo quadrado, eis as relações indicadas anteriormente:



Na semiótica, Greimas substitui os juízos pelos termos contrários da categoria semântica *s1* vs. *s2*, mantendo as relações lógicas; isso posto, cabe indagar qual o significado dessas relações lógicas no quadrado semiótico dos regimes de construção da realidade:



No quadrado semiótico, como se sabe, não se descreve a relação semântica fundamental, base da significação, mas, isto sim, a rede fundamental de relações responsável pela geração do sentido; nessa rede de relações, segundo o modelo dos regimes apresentado, a afirmação do discurso mítico implica a negação do discurso referencial, isto é, o discurso oblíquo. Nessas articulações, no discurso mítico, explicita-se o papel da língua de formar visões de mundo; conseqüentemente, nele se inserem os discursos poéticos, cuja uma das propriedades se caracteriza, precisamente, por formar tais visões. Nessa lógica, por decorrência, se o discurso oblíquo se encontra implícito no discurso mítico, a metalinguagem se encontra implícita nos discursos poéticos.

Há, porém, um encaminhamento menos técnico para demonstrar a metalinguagem enquanto substrato da arte, partindo, dessa vez, da concepção da arte enquanto linguagem. Dessa forma, quando se considera, segundo Jakobson, que a arte se centra na mensagem, afirma-se, conseqüentemente, que as obras de arte, independentemente da semiótica manifestada, não poderiam ser modificadas ou, inclusive, traduzidas, sem perder, substancialmente, as características principais; essa propriedade singular depende, evidentemente, da semiótica em que a arte se manifesta pois, por meio dela, justamente, tal singularidade se apresenta.

Um poema, portanto, depende de seleções e combinações singulares de palavras para se centrar na mensagem, por isso, ele se medeia, constantemente, por referências ao código linguístico e literário manifestado; vem dessa característica, exatamente, a inerente e quase intransponível dificuldade da tradução dos textos poéticos, porquanto procedem, constitutivamente, da semiótica verbal em que as respectivas poeticidades se formam. Conseqüentemente, por remeter a essa semiose, todo texto poético, seja ele verbal ou não, manifesta, implicitamente, a metalinguagem; eventualmente, em uma poesia se tematizam sistemas linguísticos e processos discursivos, explicitando, assim, a metalinguagem enquanto tema e não, apenas, por implicação.

(3) regime construtivo

No regime construtivo do discurso se formam mundos possíveis cuja coerência se garante antes pelas respectivas lógicas internas do que por referências ao mundo das coisas e dos fatos; seus melhores exemplos se encontram entre os discursos poéticos, já mencionados no item anterior, e nos discursos mitológicos, próximos da prosa e da poesia. Assim, por ser contrário ao regime referencial, um modo de abordar o regime construtivo incide em verificar como nele se contraria o efeito de sentido de monossemia, próprio do efeito de referência; nessa concepção, a polissemia surge, conseqüentemente, enquanto o procedimento básico do regime construtivo.

No próximo passo, portanto, descreve-se a polissemia nas concepções da semiótica e da semântica discursiva, conforme feito com a monossemia, pela relação entre temas e figuras; dessarte, se a monossemia se forma na relação entre uma figura e apenas um tema, que lhe garante sentido, a polissemia se forma na relação entre uma figura e, pelo menos, dois temas. Dessa maneira, em tratados de navegação, as palavras “proa” e “popa” significam, apenas e respectivamente, as partes dianteira e traseira do navio; contrariamente, em uma poesia, tais palavras assumem novos sentidos, gerando mundos

possíveis além do denotado. No caso das palavras utilizadas, o melhor poema para esclarecer tais efeitos de sentido é o soneto “Brinde”, de Stéphane Mallarmé, e sua análise, feita por François Rastier (Greimas, 1975: 96-125); eis o poema, na tradução de Augusto de Campos:

Nada, esta espuma, virgem verso
A não designar mais que a copa;
Ao longe se afoga uma tropa
De sereias vária ao inverso.

Navegamos, ó meus fraternos
Amigos, eu já sobre a popa,
Vós à proa em pompa que topa
A onda de raios e de invernos;

Uma embriaguez me faz arauto,
Sem medo ao jogo do mar alto,
Para erguer, de pé, este brinde.

Solitude, recife, estrela
A não importa o que há no fim de
um branco afã de nossa vela.

Nos versos, no segundo quarteto, aparecem as palavras “proa” e “popa”, significando, respectivamente, as partes dianteira e traseira das embarcações, entretanto, elas também se entendem por metáforas, reciprocamente, dos demais lugares e da cabeceira da mesa, não mais no tema da navegação, mas no tema do brinde. No soneto, devido à polissemia, à homonímia ou à homofonia de algumas palavras, traçam-se relações entre os significados e os temas do brinde e da navegação em função de um mesmo discurso; além dos dois temas, porque no poema também se cuida da engenharia poética, porquanto o enunciador ensina a ser poeta e como fazer versos, realiza-se, ainda, a tematização metalinguística.

A polissemia, todavia, não se restringe apenas à poesia, ela também caracteriza os discursos mitológicos. Isso posto, quando se enuncia o mito do rapto de Perséfone por Hades, enuncia-se, paralelamente, na temática dos ciclos da natureza, a etapa em que a semente germina sob a terra durante o inverno; outro exemplo de polissemia ocorre nas parábolas cristãs, como, por exemplo, na parábola do semeador, na versão de São Mateus (Evangelho de Mateus, capítulo 13, versículos 1 a 9):

Naquele dia saindo Jesus de casa, sentou-se junto ao mar; chegaram-se a ele grandes multidões, de modo que entrou numa barca e se assentou; e todo o povo ficou em pé na praia. Muitas coisas lhes falou em parábolas, dizendo: O semeador saiu a semear. Quando semeava, uma parte da semente caiu à beira do caminho, e vieram as aves e comeram-na. Outra parte caiu nos lugares pedregosos, onde não havia muita terra; logo nasceu, porque a terra não era profunda e tendo saído o sol, queimou-se; e porque não tinha raiz, secou-se. Outra caiu entre os espinhos, e os espinhos cresceram e a sufocaram. Outra caiu na boa terra e dava fruto, havendo grãos que rendiam cem, outros sessenta, outros trinta por um. Quem tem ouvidos, ouça.

Na parábola, Jesus Cristo, inquirido pelos discípulos a propósito do sentido das palavras, explica as metáforas, correlacionando a doutrina à reprodução vegetal e ao cultivo da terra; aproxima-se, no discurso, pregador e semeador, explicitando, por meio de metalinguagem, os dois temas e os revestimentos figurativos.

Nas argumentações anteriores, nota-se não haver diferenças, nos discursos mitológicos, entre a mitologia grega e a religião cristão, ignorando distinções ideológicas entre mito, sinônimo de lenda, e religião, enquanto revelação da verdade. Tal diferença se baseia em conflitos ideológicos, pois sua função reside em preterir e, até mesmo, amaldiçoar credos contrários ao discurso mitológico dominante; tal discurso, uma vez assumido enquanto discurso religioso, opõe-se aos demais discursos mitológicos, considerando-os, por decorrência, mentirosos, baseados em lendas e não em fatos. Entretanto, quando essa distinção aparece, embora de cunho ideológico, ela se encontra ancorada em mudanças de estatuto discursivo do regime construtivo para o regime substancial, conforme se explica a seguir.

(4) regime substancial

Do ponto de vista dos regimes de construção da realidade, o que diferenciaria mito e religião? Em regra, reservar-se o termo mito para descrever narrativas de religiões caídas em descrédito, cujos símbolos e alegorias se tornaram lendas, próximas dos fictícios contos de fada, enquanto para as religiões, ainda prestigiadas, preserva-se o estatuto de verdades, não raramente, incontestáveis, opondo-se, assim, *mitos vs. verdades*. Dessa forma, fala-se em mitologia egípcia ou greco-romana e em religiões abraâmicas, quer dizer, judaísmo, cristianismo e islã; alguns cristãos afirmam a existência história de

Jesus Cristo para confirmar as verdades do cristianismo e, de modo derogatório, referem-se às narrativas dos cultos afro-brasileiros enquanto lendas, portanto, mentiras.

Em vista disso, cabe indagar se a suposta existência histórica de Jesus ou de outras pessoas, tais quais Moisés, Mohamed ou Sidarta Gautama, garante a substancialização do discurso construtivo, próprio dos mitos. Sem dúvida, a validação histórica, por meio de historiadores, antropólogos e arqueólogos, de personagens cujas existências se confundem com lendas, poemas ou parábolas – logo, construídas por meio do discurso –, permite transpor existências fictícias do mundo mitológico para existências materiais, ou seja, substanciais. Não apenas isso; a substancialização caracteriza os milagres, por conseguinte, dos fatos sobrenaturais tornados naturais; no milagre da eucaristia, o pão e o vinho não metaforizam, respectivamente, o corpo e o sangue da Cristo, pois se transformam, substancialmente, neles.

O discurso erótico, semelhantemente, manifesta-se predominantemente mítico, quer dizer, realizado em regime construtivo, admitindo se substancializar no discurso pornográfico, porquanto a pornografia tende a materializar, com veemência e explicitação, os devaneios eróticos permeados por metáforas, símbolos e alegorias. Para ilustrar isso, basta comparar o poema “Adormecida”, de Castro Alves, com o soneto “Cagando estava a dama mais formosa”, de Bocage:

Uma noite, eu me lembro... Ela dormia
 Numa rede encostada molemente...
 Quase aberto o roupão... solto o cabelo
 E o pé descalço no tapete rente.

‘Estava aberta a janela. Um cheiro agreste
 Exalavam as silvas da campina...
 E ao longe, num pedaço do horizonte,
 Via-se a noite plácida e divina.

De um jasmineiro os galhos encurvados,
 Indiscretos entravam pela sala,
 E de leve oscilando ao tom das auras,
 Iam na face trêmulos – beijá-la.

Era um quadro celeste!... A cada afago
 Mesmo em sonhos a moça estremecia...
 Quando ela serenava... a flor a beijava...
 Quando ela ia beijar-lhe... a flor fugia...

Dir-se-ia que naquele doce instante
 Brincavam duas cândidas crianças...
 A brisa, que agitava as folhas verdes,
 Fazia-lhe ondear as negras tranças!

E o ramo ora chegava ora afastava-se...
 Mas quando a via despeitada a meio,
 Pra não zangá-la... sacudia alegre
 Uma chuva de pétalas no seio...

Eu, fitando esta cena, repetia
 Naquela noite lânguida e sentida:
 “Ó flor! – tu és a virgem das campinas!
 “Virgem! – tu és a flor da minha vida!...”

* * *

Cagando estava a dama mais formosa,
 E nunca se viu cu de tanta alvura;
 Porém o ver cagar a formosura
 Mete nojo à vontade mais gulosa!

Ela a massa expulsou fedentinoso
 Com algum custo, porque estava dura;
 Uma carta d'amores de alimpadura
 Serviu àquela parte malcheirosa:

Ora mandem à moça mais bonita
 Um escrito d'amor que lisonjeiro
 Afetos move, corações incita:

Para o ir ver servir de reposteiro
 À porta, onde o fedor, e a trampa habita,
 Do sombrio palácio do alcatreiro!

Em “Adormecida”, tanto a janela aberta, exalando perfumes agrestes, quanto os indiscretos galhos curvos do jasmineiro, entrando pela sala, permitem ser lidos como alegorias do ato sexual, construídas mediante metáforas, entre elas, a janela no lugar da vulva e o galho no lugar do falo; nessa alegoria se encontra, inclusive, metaforizado o

gozo, quando chovem pétalas nos seios da amante. Diferentemente, no soneto de Bocage não há metáforas, uma dama está cagando e, nesse cagar, não há apenas descrições de cenas escatológicas, com vistas à comédia, note-se, ainda, que: (1) a dama se limpa com cartas de amor, negando, assim, quaisquer mitologias em torno de sentimentos nobres ou ações puras, como a pureza dos amantes de “Adormecida”, brincando feito crianças, segundo o próprio poeta; (2) A substancialização do amor e do erotismo se reforça nas caretas, capazes de deformar qualquer beleza, realizadas pela dama cagona, decorrentes da dureza das fezes, por sinal, mal cheirosas.

a tipologia dos discursos e o materialismo histórico

O que dizer, em seguida à exposição do modelo – cabe destacar, derivado das ideias de Floch –, dos discursos político, jurídico e publicitário? Tais discursos não se mencionam nas aplicações anteriores, restritas aos discursos científico, jornalístico, mitológico, religioso, erótico, pornográfico e às muitas metalinguagens, feito a gramática, a retórica, a linguística, a semiótica e a teoria literária; cabe indagar, portanto, se tais discursos se encontrariam fora do escopo do modelo proposto.

O discurso político, em sua semiótica, tende ao referencial nas propostas de organização social, constituindo-se, porém, miticamente nas construções ideológicas, pois a ideologia, no caso, antecederia a práxis política, logo, partidária. Nota-se, contudo, que tal discurso se volta para a substancialização quando cuida de desmascarar, mediante as carências materiais do mundo, a ideologia do discurso alheio, quer dizer, sua mitologia. Essas considerações, entretanto, tornam-se válidas apenas do ponto de vista em que um discurso se define em relação a outros discursos, pensados, por isso mesmo, enquanto manifestações do mesmo espaço discursivo, concebido enquanto estrutura da qual emana a significação.

Para prosseguir, cabe ressaltar que os princípios da análise do discurso, levados adiante nas considerações anteriores, assemelham-se aos da fonologia estrutural, pois derivam dela. Na fonologia estrutural – recapitulando –, os fonemas se definem uns em relação aos outros; o fonema /p/ pertence à fonologia da língua portuguesa porque ele se difere dos fonemas /b/, /m/ e demais fonemas da mesma língua, definidos em função dos mesmos traços distintivos, por isso, traços pertinentes para o sistema em questão; no caso, trata-se do traço distintivo *surdo* vs. *sonoro*, permitindo relacionar e diferenciar /p/ e /b/ na fonologia da língua portuguesa. Como se sabe, tal metodologia de descrição e análise

de línguas se levou a cabo, em linguística estrutural, na morfologia, na sintaxe, na semântica e nos estudos do léxico, assim como nos estudos além da frase, ou melhor, nas teorias do discurso.

Em sua *Gênese dos discursos* (Maingueneau, 2005), Maingueneau deixa isso claro em, pelo menos, três passagens do livro: (1) ao definir o espaço discursivo formado por relações intertextuais mediante as quais os textos particulares ganham sentido (Maingueneau, 2005: 33-78); (2) no tópico da semântica global, quando se observa a manifestação do sentido no texto, discute-se a intertextualidade juntamente com o vocabulário, os temas, o estatuto do enunciador e do enunciatário, a dêixis enunciativa, o modo de enunciação e o modo de coesão (Maingueneau, 2005: 79-102); (3) ao considerar a inter-incompreensão constitutiva como característica fundamental da linguagem – em outras palavras, ao afirmar que a linguagem se funda em incompreensões semânticas – (Maingueneau, 2005: 103-123).

Ora, dessa perspectiva, num determinado espaço discursivo, o discurso político da direita se define em relação ao discurso de esquerda e não mais enquanto reflexo da luta de classes; por conseguinte, a polêmica *esquerda vs. direita* se reduz a inter-incompreensões constitutivas, distanciando-se das lutas sociais. Nesse momento da discussão do modelo teórico, justamente no discurso político, quer dizer, quando a política da teoria se manifesta na própria definição de discurso político, surgem sintomas da polêmica *marxismo vs. estruturalismo*, em princípio inconciliável e, em meio a argumentações teóricas, incontornável.

No livro *História do estruturalismo* (Dosse, 2018), de François Dosse, praticamente uma apologia do pensamento estruturalista, há a seguinte citação de Greimas, bastante elucidativa de quão espinhosa se revela a questão *marxismo vs. estruturalismo*:

O tiro de largada foi a aula inaugural de Merleau-Ponty no Collège de France (1952), quando ele disse que se verá claramente não ter sido Marx, mas Saussure quem inventou a filosofia da história. É um paradoxo que me fez refletir sobre o fato de que antes de fazer a história dos eventos seria necessário fazer a história dos sistemas de pensamento, dos sistemas econômicos, e somente então procurar saber como eles evoluem.
(Dosse, 2018: 84)

As considerações expressam tanto as posições algo conservadoras de Greimas e de Maurice Merleau-Ponty quanto a ideologia conservadora do próprio estruturalismo. Embora as afirmações de Merleau-Ponty mereçam bem mais do que observações sucintas, o eixo de suas argumentações, contrariando o marxismo, reside em ressaltar o pensamento estruturalista, preparando as possíveis assimilações do primeiro aos pontos de vista do segundo. Ferdinand de Saussure, em suas contribuições à linguística, tendo em vista avanços na linguística indo-europeia e na linguística estrutural, em princípio, não buscava descrever os sistemas sociais; entre suas preocupações principais, constam certamente as leis fonéticas, o sistema fonológico, a definição de signo etc., entretanto, Saussure não se destacou nos estudos de economia, sociologia e nem na militância política.

No *Curso de linguística geral*, Saussure afirma que os signos se definem uns em relação aos outros dentro do mesmo sistema deles (Saussure, 2012: 158-170), portanto, os significados dependem dos demais significados de determinado sistema semiótico e não de referências extralinguísticas. Nessas circunstâncias, expandir o escopo de suas conclusões além dos sistemas linguísticos, conforme pretende Greimas e Merleau-Ponty, configura-se um tanto arriscado; nada indica que as transformações históricas se reduzem a sistemas de oposições, em princípio, constituintes de conjuntos arbitrários, dependentes antes da ideologia do analista que de lógicas matemáticas neutras e científicas, independentes da história humana, como pretendem os estruturalistas.

De outro ponto de vista – e em brevíssimas palavras –, para Karl Marx e Friedrich Engels há duas estruturas, a infraestrutura econômica, logo, de ordem material, e a superestrutura política e jurídica, de ordem ideológica; nessa concepção, a segunda deriva, diretamente, da primeira. Isso posto, segundo o materialismo histórico, o discurso de direita se estabelece em relação à luta de classes, quer dizer, define-se em relação à materialidade das relações econômicas entre a burguesia e o proletariado; ou seja, ela não se delineia em relação a outros discursos definidos uns em relação aos outros, dentro da mesma estrutura discursiva, como querem Greimas e Merleau-Ponty, valendo-se, precipitadamente, das ideias de Saussure.

Grosso modo, aquilo que se resolve em duas estruturas no pensamento marxista, com a estrutura-base, estipulada em relações materiais, e com as estruturas ideológicas, por suas vezes, derivadas dela, termina reduzido a estruturas horizontais, formadas por relações arbitrárias, pensadas em sistemas cujos valores se fixam uns em relação aos demais. Assim, se no marxismo o discurso fascista se revela enquanto ideologia burguesa,

com função de reprimir, violentamente, o proletariado, no estruturalismo a extrema direita se descreve com relações interdiscursivas, mediante categorias semânticas, tais quais *opressão vs. liberdade, mistura vs. triagem* etc. Ora, do ponto de vista da revolução comunista, cabe ao estruturalismo neutralizar a luta política levada adiante pelo marxismo, reduzindo-o a modelos teóricos acadêmicos e estéreis, para não dizer burgueses e direitistas; inquire-se, por tudo isso, como seria uma tipologia dos discursos com inspiração marxista, sem desprezar, totalmente, alguns avanços do estruturalismo.

Recorrendo aos princípios do marxismo, em vez de considerar os discursos político e jurídico enquanto semióticas se ajustando mutuamente em redes de estruturas discursivas, logo abstratas, compensa concebê-los em relação à materialidade histórica, constituída em relações de produção, quer dizer, a infraestrutura, e definir a política e o direito como superestruturas derivadas diretamente delas. Em outras palavras, trata-se de buscar, nos discursos políticos e jurídicos, determinações históricas e não mais arbitrariedades semióticas, o que significa, valendo-se de metáforas topológicas, preferir o pensamento verticalizado, em que a infraestrutura material encaminha a superestrutura ideológica, e preterir um pensamento horizontal, em que campos discursivos se definem mutuamente, sejam esses campos políticos ou jurídicos.

Resolve-se, assim, a significação dos discursos político e jurídico, restando indagar como se resolvem, nessa concepção, o significado dos demais discursos. Considerando que os discursos científicos, jornalísticos, mitológicos, religiosos, eróticos, pornográficos, poéticos e metalinguísticos guardam relativa autonomia das infraestruturas, conforme ocorre em leis científicas ou nas propostas estéticas dos movimentos artísticos, torna-se plausível descrever tais autonomias mediante relações estruturais; em vista disso, a semiótica desses discursos resultaria das articulações entre uma linguagem específica, por exemplo, as linguagens da física moderna ou do modernismo, passíveis de descrição estrutural, e a superestrutura, constituída historicamente; esquematicamente, eis representação:



algumas considerações sobre o discurso publicitário

Seria possível, em função da proposta anterior, pensar em discursos parasitas, quer dizer, discursos sem significações definidas, cujo sentido somente se realiza em função de outros discursos? Mantendo a metáfora do parasita, cabe verificar se esse discurso, para significar, não destrói o discurso hospedeiro; por esse lado, talvez o discurso publicitário seja assim.

Os discursos literários, científicos, religiosos, políticos etc., quando manifestados, surgem encadeados mutuamente, não havendo, conseqüentemente, discursos puros; entretanto, encontram-se manifestações homogêneas de cada um deles. No discurso religioso, embora o *Sermão do bom sucesso das armas de Portugal contra as de Holanda*, do Padre Antônio Vieira, pertença também aos discursos políticos por tematizar o conflito entre os dois países pelo domínio do então Brasil colonial, seu *Sermão do mandato*, cujo tema é amor de Cristo, tende a isolar o viés religioso dos demais vieses discursivos; o discurso publicitário, porém, parece necessitar de outro discurso para se manifestar, porquanto nunca surja isoladamente.

Ao que tudo indica, a publicidade, por meio de cartazes espalhados em outdoors, comerciais de rádio ou TV, propagandas em jornais e revistas, manifesta-se sempre ancorado em outros discursos, dos quais depende. Em vista disso: (1) nos jornais e revistas, as propagandas se mostram dispensáveis, sem prejuízo dos temas propriamente jornalísticos; (2) nas rádios e TVs, os comerciais costumam interromper discursos dos quais se alheiam completamente, intrometendo-se em filmes e novelas (discurso poético), em debates políticos (discurso político), documentários de divulgação científica (discurso científico), transmissão de cultos e seitas (discurso religioso), telejornalismo (discurso jornalístico); (3) inclusive, em cartazes espalhados nas ruas, a publicidade invade os discursos urbanísticos e arquitetônicos, chegando a ser proibida em cidades, estados e países devido às poluições visuais e sonoras acarretadas.

Evidentemente, uma vez isolados dos respectivos contextos sociossemióticos, cartazes ou comerciais de rádio ou TV, enquanto textos, analisam-se perfeitamente mediante articulações semânticas, prosódico-fonológicas, visuais, musicais, enfim, na semiótica textual; essa possibilidade, contudo, não deve desviar a atenção das articulações desses textos com os demais discursos, uma vez inseridos sociossemioticamente.

algumas considerações sobre a filosofia

Por fim, o discurso filosófico, devido a sua relevância na história do pensamento humano, merece algumas observações, mesmo ligeiras. Constata-se, em itens anteriores, que o discurso filosófico se assemelha ao discurso científico; quando se cuida dos dispositivos modais, afirmou-se que ambos, com as devidas ressalvas, descrevem-se pelo dispositivo modal */poder-fazer-saber/*. A complexidade dos discursos filosóficos, contudo, encontra-se além da simples observação dos discursos científicos se mostrarem experimentais e os filosóficos, predominantemente argumentativos, conforme afirmado anteriormente.

Para a sociosssemiótica, convém lembrar, enumeram-se três objetivos básicos: (1) estudar as conotações sociais; (2) determinar a tipologia dos discursos; (3) verificar as concepções de signo e de significação. Nessas circunstâncias, a concepção de signo coincide com os modos de determinada cultura definir o sentido; ou seja, se o sentido se entende enquanto reflexo de mundos ideais, se expressa uma divindade, se é formado por estruturas de oposições etc. A partir da concepção de signo, por decorrência, encaminham-se tipos de discursos e as hierarquias de pertinência e relevância social; dessa maneira, se o signo se revela expressão de Deus, certamente se formam nessa cultura, com destaque, discursos religiosos. Isso posto, em função dessas tipologias, estabelecem-se conotações sociais, que se projetam sobre as coisas do mundo, dotando-as de sentido – portanto, se o discurso religioso predomina, nas coisas se engendram, certamente, valores simbólicos e metafísicos –; se assim for, os discursos filosóficos devem ser considerados em relação a, pelo menos, tais liames semióticos.

Sendo assim, partindo dessa sociosssemiótica, qual seria o estatuto semiótico de discursos filosóficos tão distintos, conforme os pensamentos de Lao Tsé, Confúcio, Pitágoras, Platão, Santo Agostinho, São Tomás de Aquino, René Descartes, Immanuel Kant, Edmond Husserl, Friedrich Nietzsche, Jean-Paul Sartre... todos eles reconhecidos sob termo geral e abstrato “filosofia”? Santo Agostinho, valendo-se do simbolismo universal (Todorov, 1979: 33-40), concebe as coisas do mundo enquanto expressão do verbo divino, quer dizer, do próprio Deus, por sua vez, definido em uma cultura patriarcal e monoteísta. Com o signo adquirindo tais valores religiosos, derivando diretamente de Deus, evidentemente haverá, em tal cultura, supervalorizações do discurso religioso, ao qual se subordinarão os demais discursos, com os domínios do conhecimento se confundindo com a religião e os discursos filosóficos identificados, inevitavelmente, aos

discursos religiosos. Certamente, com a autonomia do discurso científico, essa sociossemiótica se modifica; nos confrontos com a ciência, a filosofia, no mundo contemporâneo, busca antes conquistar especificidade, haja vista as ideias de Husserl, quem procura, na fenomenologia, diferenciar-se dos discursos científicos da psicologia.

Ao que tudo indica, saberes abrangentes – capazes de abarcar filósofos distintos entre si como os citados acima, aos quais se poderiam somar muitos mais –, que rompem barreiras históricas e geográficas, correlacionam-se à própria atividade humana de refletir sobre o mundo; talvez, dessa perspectiva, nomeia-se filosófico todo discurso sobre o saber, mas não apenas isso, talvez se trate de um saber sobremodalizador de quaisquer discursos sobre o conhecimento. Dessarte, em termos modais, a filosofia moderna, portanto laica, configura-se como /*poder-fazer-saber* → *poder-fazer-saber*/; a filosofia cristã, de viés religiosos, como /*poder-fazer-saber* → *poder-fazer-crer*/ etc.

Por fim, se o discurso publicitário se configura enquanto um discurso parasitário, o discurso filosófico, por dar suporte ao pensamento humano e suas reflexões, possa ser considerado, contrariamente, um discurso nutriz; metaforicamente, se o discurso publicitário destrói o sentido, o filosófico o alimenta, dando-lhe vida, viço e vigor.

bibliografia

- BARROS, D. L. P. de (1988). *Teoria do discurso, fundamentos semióticos*. São Paulo: Atual.
- ____ (1999). *Teoria semiótica do texto*. São Paulo: Ática.
- ____ e FIORIN, J. L. (1994). *Dialogismo, polifonia, intertextualidade*. São Paulo: EDUSP.
- BERTRAND, D. (2003). *Caminhos da semiótica literária*. Caxias do Sul: Edusc.
- BLIKSTEIN, I. (2020). *Semiótica e totalitarismo*. São Paulo: Contexto.
- BUENO, F. da S. (1980). *Dicionário escolar da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: MEC-FENAME.
- CAMPOS, A., CAMPOS, H. & PIGNATARI, D. (2010). *Mallarmé*. São Paulo: Perspectiva.
- DOSSE, F. (2018). *História do estruturalismo*. São Paulo: Unesp.
- FIORIN, J. L. (1988). *Linguagem e ideologia*. São Paulo: Ática.
- ____ (1989). *Elementos de análise do discurso*. São Paulo: Contexto/EDUSP.

- FLOCH, J. M. (1985). *Petites mythologie de l'oeil et de l'esprit*. Hadès-Benjamins.
- _____ (1986). *Formes de l'empreinte*. Périgueux: Fanlac.
- _____ (1995). *Identités visuelles*. Paris: PUF.
- _____ (1995). *Sémiotique, marketing et communication*. 2. ed., Paris: PUF.
- _____ (1997). *Une lecture de Tintin au Tibet*. Paris: PUF.
- GREIMAS, A. J. e COURTÉS, J. (s.d.). *Dicionário de semiótica*. São Paulo: Ática.
- _____ (1970). *Du sens*. Paris: Seuil.
- _____ (1976) *Semântica estrutural*. São Paulo, Ática.
- _____ e outros (1975). *Ensaio de semiótica poética*. São Paulo: Cultrix.
- _____ e outros (1977). *Semiótica narrativa e textual*. São Paulo: Cultrix.
- _____ (1981) *Semiótica e ciências sociais*. São Paulo: Cultrix.
- _____ (1983). *Du sens II*. Paris: Seuil.
- _____ e LANDOWSKI, E. (1986). *Análise do discurso em ciências sociais*. São Paulo: Global.
- _____ e FONTANILLE, J. (1993). *Semiótica das paixões*. São Paulo: Ática.
- _____ (2002). *Da imperfeição*. São Paulo: Hacker.
- _____ (2014). *Sobre o sentido II*. São Paulo: Edusp.
- HJELMSLEV, L. (1975). *Prolegômenos a uma teoria da linguagem*. São Paulo: Perspectiva.
- _____ (1991). *Ensaio lingüísticos*. São Paulo: Perspectiva.
- HOLANDA, A. B. de (1995). *Dicionário Aurélio básico da língua portuguesa*. São Paulo: Folha de São Paulo e Nova Fronteira.
- HOUAISS, A. (2001). *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva.
- HUSSERL, E. (1996). *Os pensadores – Edmund Husserl*. São Paulo: Nova Cultural.
- JAKOBSON, R. (s.d.). *Linguística e comunicação*. São Paulo: Cultrix.
- MAINGUENEAU, D. (1997) *Novas tendências em análise do discurso*. 3. ed., Campinas: Pontes.
- _____ (2005). *A gênese dos discursos*. 1. Ed. Curitiba: Criar.
- PAIS, C. T. (1982). Elementos para uma tipologia dos sistemas semióticos. *Revista brasileira de linguística*, São Paulo: Duas Cidades, 6 (1), 45-60.
- _____ (1984). Aspectos de uma tipologia dos universos de discurso. **Revista brasileira de linguística**, São Paulo, v. 7, n. 1, p. 43-65.

- POTTIER, B., A., Albert e PAIS, C. T. (1972). *Estruturas linguísticas do português*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro.
- PIETROFORTE, A. V. – “A língua como sistema”. In: FIORIN, José Luiz (org.) (2002). *Introdução à linguística I – objetos e práticas*. São Paulo: Contexto. cap. 4, p. 75-93.
- PLEKHANOV, G. (1986). *A arte e a vida social / Cartas sem endereço*. São Paulo: Brasiliense.
- SAUSSURE, F. de (2012). *Curso de linguística geral*. São Paulo: Cultrix.
- ____ (2012). *Escritos de linguística geral*. São Paulo: Cultrix.
- ____ – “As palavras sob as palavras” em *Os pensadores*. São Paulo: Abril Cultural.
- TODOROV, T. (1979). *Teorias do símbolo*. Lisboa: Edições 70.
- ____ (2013). *As estruturas narrativas*. São Paulo: Perspectiva.
- TROTSKY, L. (2007). *Literatura e revolução*. Rio de Janeiro: Zahar.
- ZILBERBERG, C. (2006). *Razão e poética do sentido*. São Paulo: Edusp.

São Paulo, 21 de setembro de 2026